



VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação

13, 14 e 15
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**Lislaine Mara da Silva
Guimarães¹**

UFPR

lislaineguimaraes@yahoo.com.br

Eixo TEMÁTICO: Políticas Públicas
Educativas

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL
NO PARANÁ: análise da implementação e
condições de trabalho docente

ENSEÑANZA A DISTANCIA DE
EMERGENCIA EN PARANÁ: análisis de
la implementación y condiciones de
trabajo docente

¹ Graduada em Ciências Sociais (2009). Especialista em Coordenação Pedagógica (2014) e Educação Especial Inclusiva (2017). Mestra em Sociologia (2021). Doutoranda em Educação (UFPR). Professora de Sociologia do Governo do Estado do Paraná. Atua como Diretora Auxiliar no Colégio Estadual Professor Francisco Zardo. URL <http://lattes.cnpq.br/5675758843023061> Lattes:



RESUMO

O presente artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Sociologia - ProfSocio, defendida no ano de 2021, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. A pesquisa foi realizada buscando apresentar as estratégias adotadas pelo governo do estado na implantação do Ensino Remoto Emergencial - ERE, assim como compreender a rotina laboral dos professores de sociologia da Rede Estadual de Ensino do Paraná. A investigação foi realizada por meio de análise documental, relatos da experiência dos professores, da participação enquanto docente em uma escola pública de ensino médio em Curitiba e de informações qualitativas coletadas via questionário.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Ensino remoto emergencial. Intensificação do trabalho docente.

RESUMEN

Este artículo presenta parte de los resultados de la investigación desarrollada durante la Maestría Profesional en Sociología - ProfSocio, defendida en 2021, junto al Programa de Posgrado en Sociología de la Universidad Federal de Paraná. La investigación se realizó buscando presentar las estrategias adoptadas por el gobierno estatal en la implementación de la Enseñanza a Distancia de Emergencia - ERE, así como comprender la rutina de trabajo de los profesores de sociología de la Red Estatal de Educación de Paraná. La investigación se llevó a cabo a través del análisis de documentos, relatos de experiencia docente, participación como docente en una escuela secundaria pública de Curitiba e información cualitativa recolectada a través de un cuestionario.

Palabras Clave: Políticas públicas educativas. Enseñanza remota de emergencia. Intensificación de la labor docente.

1. INTRODUÇÃO

Já é lugar comum tratar do impacto da pandemia do novo coronavírus no cotidiano da população mundial, seus rebatimentos no caso brasileiro e seus impactos na educação formal. Uma nova agenda de pesquisas foi inaugurada a partir dos primeiros casos anunciados em final de 2019 na China e, no caso brasileiro ela se tornou premente em função da imensa desigualdade social combinada à inação do governo federal no seu enfrentamento. No caso particular da educação, todas as práticas dominantes foram colocadas em xeque, em função da migração repentina e obrigatória para o ensino no sistema virtual/remoto. Nesse sentido, objetiva-se apresentar os resultados de pesquisa participante, realizada ao longo do ano de



2020, discutindo as estratégias utilizadas pelo governo do Paraná para a educação básica pública, tendo como referência a nova rotina imposta aos professores. A questão norteadora foi buscar identificar em que medida o trabalho remoto realizado ocasionou prejuízo à saúde física e mental dos professores, levando-os a responder por exigências além da sua formação.

Este trabalho discute no primeiro item a suspensão das aulas presenciais como medida para evitar a propagação do coronavírus, o acesso do educando aos recursos tecnológicos e as condições de trabalho remoto dos docentes da Rede Estadual de Ensino do Paraná. No item seguinte se descreve como o estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), mantenedora do ensino fundamental II e ensino médio administrou este novo cenário, apresentando um relato cronológico da implementação e organização do ensino remoto emergencial (ERE), enfatizando as imposições da SEED e exigências que se materializam através de cobranças e do controle burocrático sobre a atividade docente. Conclui-se com algumas reflexões a partir do cotejamento da bibliografia que trata da aceleração do ritmo e tempo de trabalho e escolhas político-administrativas da gestão da educação no Paraná.

2. A PANDEMIA DE COVID-19 E A SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

No Brasil, numa tentativa de manter o processo de ensino-aprendizagem e diminuir o impacto no calendário letivo, as instituições de ensino foram autorizadas, em caráter excepcional, a substituir as aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia de Covid-19, através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC).

A proposta de ensino remoto emergencial (ERE) do governo do Paraná dividiu opiniões entre os membros da comunidade escolar. Por um lado viabilizou a oferta contínua das aulas, conteúdos e atividades para uma parcela considerável de estudantes com acesso a recursos tecnológicos. Por outro não contemplou aqueles em condição de vulnerabilidade social, decorrente de fatores socioeconômicos e, conseqüentemente, sem acesso a recursos tecnológicos, tais como aparelho de TV, *smartphone* e computador.



De acordo com a pesquisa TIC Domicílios², divulgada em 2019, 70% dos lares brasileiros localizados em áreas urbanas têm acesso à internet. No entanto, a análise por classe social revelou grandes disparidades, pois entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; nos patamares mais baixos da pirâmide (classes D e E), esse índice cai para 59%. Além disso, a pesquisa ainda revelou que, entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular.

Para minimizar essa desigualdade de acesso às aulas remotas e ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED/PR) informou que os alunos sem acesso a recursos tecnológicos poderiam, quinzenalmente, buscar e entregar as atividades em material impresso nos seus colégios, no mesmo dia em que o kit de merenda escolar³ seria disponibilizado para os alunos inscritos no programa Bolsa Família.

Em relação ao trabalho remoto docente, cabe salientar que a reforma trabalhista por meio da Lei 13.467/2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e apresentou em seu texto a normatização do teletrabalho, através dos artigos 75-A ao 75-E, em que

Art. 75-B Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL, 2017).

Outro elemento fundamental nas relações teletrabalhistas é a utilização da tecnologia de informação e da comunicação, para tanto a legislação trata do fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária para o teletrabalho

Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito (BRASIL, 2017).

Não obstante, os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná tiveram que se adaptar ao trabalho remoto utilizando equipamentos tecnológicos particulares, pois não foi ofertada ajuda de custo por parte da SEED para compra de equipamentos tecnológicos e

2 Realizada anualmente desde 2005, a pesquisa TIC Domicílios tem o objetivo de mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

3 A entrega da merenda escolar para as famílias dos alunos beneficiados pelo programa Bolsa Família foi regulamentada pelo Decreto número 4.316/2020, do Governo do Paraná. A decisão buscou garantir que os estudantes tenham acesso facilitado aos alimentos durante o período de suspensão de aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19. As entregas são para todas as 2.143 escolas do estado.



estrutura física adequada com internet de qualidade, cadeiras e mesas ergonômicas. Desse modo, a residência dos docentes precisou ser adaptada às necessidades de trabalho remoto, sem o devido suporte financeiro para tal (GUIMARÃES, 2021).

Além disso, de acordo com o relatório técnico da pesquisa nacional “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”⁴

Os docentes foram convocados, na maioria dos casos, a realizarem seu trabalho de outra maneira, em outros contextos, inclusive virtual, adaptando suas atividades, desenvolvendo habilidades para lidar com novas ferramentas e metodologias para responder a essa situação inteiramente inusitada (GESTRADO, 2021, p.21).

As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não receberam nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas (GESTRADO, 2021, p.9).

Cabe destacar que o distanciamento social impôs uma nova rotina de trabalho aos professores, além do desafio de utilizar diferentes recursos tecnológicos necessários para realizar o trabalho remoto. No caso específico da Rede Estadual de Ensino do Paraná, os professores tiveram que aprender a trabalhar remotamente sem uma capacitação prévia para compreender as funcionalidades do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) dos novos recursos tecnológicos. (GUIMARÃES, 2021).

3. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ

No estado do Paraná, as aulas presenciais foram suspensas em todas as escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas e universidades públicas, mediante decreto nº 4.258, de 17 de março de 2020. No período entre 20 de março a 03 de abril de 2020, foi decretado recesso escolar nas escolas da rede pública estadual do Paraná e nesse curto tempo de recesso, a SEED, na condição de mantenedora do ensino fundamental II

⁴ A Pesquisa elaborada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFGM) e contou com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), na mobilização dos respondentes e na divulgação dos resultados. Buscou conhecer os efeitos das medidas de distanciamento social em função da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho docente na Educação Básica nas redes públicas de ensino no Brasil. Nesta investigação, o público-alvo contempla os(as) professores(as) da Educação Básica das redes públicas estaduais e municipais. Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019, esse universo abrange cerca de 1,7 milhões de profissionais. A amostra da pesquisa foi constituída por 15.654 professores(as) das redes públicas da Educação Básica.



e ensino médio, começou a organizar o ensino remoto emergencial (ERE) para atender cerca de 1 milhão de estudantes da rede pública estadual, distribuídos em 399 municípios.

Cabe destacar que aulas remotas e educação a distância (EAD) diferem em sua metodologia: a primeira é uma aula ministrada em meios digitais com duração semelhante a aula presencial; já a segunda pressupõe um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) planejado e gerenciado por docentes que elaboram as aulas e organizam o conteúdo educacional com atividades adequadas ao perfil do estudante.

De acordo com a APP-Sindicato (2020), o governo em caráter emergencial – amparado pela Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento do coronavírus e autoriza compras sem licitação para o combate à pandemia – investiu em torno de 22 milhões de reais na contratação de empresas privadas para implantar um projeto de ensino a distância, com o pagamento de aproximadamente: 20,9 milhões de reais destinados às empresas de telefonia celular, contratadas para o uso de dados pelo aplicativo Aula Paraná; 900 mil reais para TV Record, emissora contratada para transmitir aulas através de canais abertos; e, por fim, 300 mil reais, para a IP-TV LTDA, para elaboração de uma “plataforma de *streaming* que dialogue com as operadoras de telefonia móvel” (APP- SINDICATO, 2020).

As aulas remotas para os alunos das escolas públicas estaduais de educação básica começaram a ser transmitidas no dia 6 de abril de 2020 em TV aberta, no *Youtube* e no Aplicativo Aula Paraná (disponível para celulares *Android* e *IOS* sem custo de dados móveis para os usuários). No entanto, os docentes não receberam do governo treinamento prévio para acessar e utilizar as ferramentas educacionais disponibilizadas, bem como equipamentos de trabalho (computadores, *smartphones*, conexão com a internet, entre outros) para acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e elaborar conteúdos e atividades. Mesmo que de forma virtual, a SEED poderia ter realizado um momento prévio de capacitação, explicando as funcionalidades do sistema de ensino remoto. Isso só ocorreu após o ERE já ter sido implantado.

Nesse contexto, todas as informações sobre o funcionamento do ERE eram recebidas, principalmente, via grupos de *Whatsapp* da escola, por meio de mensagens, áudios e vídeos de funcionários do Núcleo Regional de Educação (NRE) e da mantenedora (SEED). A proposta de implantação do “novo modelo de ensino a distância” foi apresentada em uma “*live*” pelo secretário de educação e sua equipe no dia 08 de abril de 2020. Sendo que as aulas



começaram a ser exibidas na TV aberta no dia 06 de abril de 2020. A SEED também disponibilizou um e-mail e telefone para esclarecer dúvidas e auxiliar professores e funcionários no acesso ao sistema de ensino remoto. Contudo, esses canais de comunicação ficaram sobrecarregados e muitos professores não conseguiram atendimento.

O aplicativo Aula Paraná e a plataforma *Google Classroom*, apresentaram instabilidade no início de seu funcionamento, pois estavam sendo alimentados continuamente com os dados dos alunos e professores. A SEED informou que seria necessário aguardar para utilizar esses serviços até 13 de abril 2020 nas escolas. Após esse prazo, o sistema continuou instável e passou por várias atualizações. Nesse período foram disponibilizados, via *Whatsapp* e redes sociais, vídeos com tutoriais para acesso dos professores e estudantes. Também foram exibidas duas *lives*, em 24 e 30 de abril, com o secretário da educação e sua equipe, sobre as funcionalidades da plataforma *Google Classroom*.

Ao longo do mês de abril, maio e junho foram disponibilizados mais tutoriais e *lives* sobre o ERE e as funcionalidades do AVA. Os professores tiveram que se adaptar para cumprir as novas exigências do trabalho remoto e os alunos passaram a assistir as aulas remotas pela TV aberta e no *Youtube* e a realizar as atividades assíncronas no AVA.

A frequência dos alunos passou a ser contabilizada pela realização das atividades assíncronas no *Google Classroom*. Os professores foram orientados a atribuir nota para os alunos que estavam realizando as atividades assíncronas e contabilizar as presenças proporcionais ao número de atividades realizadas pelos estudantes no livro de registro de classe on-line (LRCO). Para os alunos que estavam realizando atividades impressas o professor deveria ir até a escola, retirá-las e atribuir nota e presença proporcional no LRCO.

O professor, para registrar sua frequência no trabalho remoto, deveria realizar uma postagem de conteúdo no mural de suas turmas no *Google Classroom*, no dia em que suas aulas seriam ministradas e, preferencialmente, conforme seu horário de aula no colégio. No período noturno, os docentes foram orientados a realizar suas postagens a partir das 18 horas, para justificar o recebimento de adicional noturno. Essas postagens diárias não poderiam ser programadas no sistema e a orientação da mantenedora é que deveriam conter no mínimo 44 caracteres com um conteúdo da disciplina ou uma mensagem de incentivo para os alunos.

Caso o professor não realizasse a postagem, sua presença não seria contabilizada pelo programa de análise e geração de relatórios *Power Bi*, acarretando em falta que seria confirmada pela direção e encaminhada ao setor de Recursos Humanos da mantenedora para



desconto em folha de pagamento. O docente poderia acompanhar sua frequência e conferir se o *Power Bi* registrou sua postagem, através do programa Presença EAD que disponibiliza um relatório semanal.

No mês de julho, entre os dias 20 a 28 de julho de 2020, foi decretado recesso escolar e no dia 01 agosto a SEED – junto com o comitê de volta às aulas – apresentou um protocolo de retorno das aulas presenciais no Paraná, com intenção de retorno para setembro, mas sem uma data definida que só seria marcada e oficializada quando autorizado pelas autoridades da Secretaria da Saúde.

Ao longo do segundo semestre de 2020 cria-se uma expectativa do retorno das aulas presenciais. A imprensa mensalmente anunciava um possível retorno e mostrava como as escolas da rede pública estavam preparando sua infraestrutura para garantir os protocolos de segurança necessários para evitar a propagação do coronavírus.

Estes protocolos estabeleciam medidas de segurança sanitária e pedagógicas, compra de equipamentos de proteção individual (EPI) e retorno de forma escalonada por região do estado, conforme desenvolvimento da pandemia. A SEED também informou que os responsáveis pelos alunos que optassem pela não participação das aulas presenciais, poderiam continuar exclusivamente no ensino remoto.

A APP-Sindicato sempre se manteve em oposição ao retorno presencial sem que houvesse vacinação. Em assembleia *on-line* da categoria, realizada no dia 12 de setembro, foi aprovada greve caso o governo determinasse a volta às aulas presenciais durante a pandemia. Da parte do poder executivo, o retorno presencial não ocorreu no mês de setembro e a SEED anunciou um estudo para retorno de apenas 2% da rede estadual de ensino, com consulta da comunidade escolar, unicamente em localidades seguras, indicadas pela Secretaria da Saúde, mantendo-se 98% da rede exclusivamente com aulas não presenciais.

No dia 9 de outubro o governo do estado, publicou a Resolução n.º 1231 - SESA para autorizar a retomada presencial da grade de atividades extracurriculares na rede estadual de educação a partir do dia 19 de outubro. Tal medida também contemplava as escolas municipais e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Essa retomada presencial foi facultativa, sem prejuízo para quem optasse com o ERE. Contudo, para o aluno frequentar essas aulas os pais ou responsáveis deveriam assinar um termo de compromisso de cumprimento de diretrizes estabelecidas no protocolo de segurança.



Em 26 de novembro o governador do estado, em entrevista coletiva a imprensa, disse que nos dez dias de retorno das aulas extracurriculares e reforço escolar não houve problema de segurança para os professores e alunos, e que se o índice de contaminação do coronavírus continuasse caindo no Paraná a ideia é de que a partir da 2ª quinzena se voltasse "próximo da normalidade para as aulas com os alunos de forma gradativa" (G1, 2020). No entanto, o retorno das aulas presenciais não ocorreu no ano letivo de 2020.

Em fevereiro de 2021, o governo elaborou um calendário de retorno às aulas presenciais com início previsto para 1º de março, mediante modelo híbrido de ensino. Os estudantes que desejassem voltar para escola, deveriam assinar um termo de compromisso e os demais que optassem por não ir presencialmente, continuariam no ensino remoto via *Google Meet* e também pelas plataformas digitais do Aula Paraná, na TV aberta e no *YouTube*, ou por kit pedagógico impresso (PARANÁ, 2021).

Todavia, devido elevada taxa de contaminação e falta de leitos nos hospitais do Paraná para atendimento de pacientes com Covid-19, permaneceu a suspensão das aulas presenciais até o mês de maio de 2021. No mês de junho as escolas gradativamente foram aderindo ao modelo de ensino híbrido (EH), em que os docentes tiveram que atender os alunos de forma presencial e remota simultaneamente.

Para compreender esse período de ERE, em questionário on-line semiestruturado⁵, aplicado na dissertação de mestrado, para coletar relatos docentes sobre o ensino de sociologia no AVA, foi verificado nas questões abertas a necessidade de apoio: psicológico, financeiro, tecnológico e capacitação. Também é citada: a valorização profissional, diálogo e menos cobranças por parte da mantenedora, compreensão, colaboração e apoio da direção escolar e equipe pedagógica, necessidade de compartilhamento e troca de ideias entre docentes.

No que tange o ensino é citada a falta de interação e pouca participação dos alunos no AVA, além da dificuldade de aprendizagem nesse modelo de ERE. Tal situação preocupa os professores que nas respostas mencionam a questão da aprendizagem e o abandono escolar nesse momento de pandemia. Nos relatos coletados tem destaque o aumento do trabalho docente, o conseqüente sentimento de cansaço e exaustão frente à nova demanda imposta e as

⁵ Questionário on-line semiestruturado com 24 perguntas (22 de múltipla escolha e 2 abertas) aplicado a 27 docentes de sociologia de Curitiba e Região Metropolitana, que compõe dissertação de mestrado disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599038>> Acesso em: 26. mai. 2021



cobranças por parte da mantenedora. Também é mencionada dificuldade de transposição de conteúdos no ERE. Apenas três relatos se apresentaram de forma mais positiva, um descrevendo a experiência como “boa” e outros dois evidenciando a gravação de videoaulas para o ensino de sociologia no AVA.

Para exemplificar essa situação, segue abaixo o relato de um docente de sociologia da rede pública estadual de ensino⁶, descrevendo o trabalho remoto realizado no ERE:

Minha experiência docente tem sido muito exaustiva nesse contexto de pandemia. Devido às ameaças e constantes cobranças, tendo trabalho muitas vezes além de minha carga horária. Tenho utilizado momentos de descanso para realizar atividades da escola. Além das atividades disponibilizadas na plataforma *Google Classroom*, preciso preparar quinzenalmente atividades impressas aos estudantes sem internet. Além de alimentar frequências/ausências dos estudantes e inserir conteúdos das aulas no RCO constantemente. Tenho procurado fazer atividades diferenciadas, porém há muitos limites impostos pelo modelo remoto. Enfim, aumentou o controle e a vigilância sobre meu trabalho nesse período de pandemia.

De acordo com os resultados da pesquisa é nítida a sobrecarga laboral, estresse, esgotamento físico e mental na classe dos professores, que além de lidarem com todos os impactos da pandemia e do distanciamento social em sua vida pessoal, também tiveram que lidar com as cobranças e exigências da mantenedora para alcançar os índices desejados e cumprir as metas estabelecidas (GUIMARÃES, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ERE e ensino híbrido implantado no estado do Paraná apesar de suas limitações, disponibilizou aulas remotas, conteúdos e atividades numa tentativa de reduzir o impacto da suspensão das aulas presenciais no calendário letivo. No intuito de evitar futuras reposições de aulas aos professores e alunos, mantendo o distanciamento social enquanto necessário para evitar a propagação do coronavírus.

Nessas condições emergenciais, a mantenedora teve pouco tempo para planejar o ERE. Contudo, não houve uma ampla discussão sobre sua implementação junto à comunidade escolar e sobre quais seriam as práticas educacionais a serem desenvolvidas remotamente. A proposta de ERE elaborada pela equipe diretiva da SEED não levou em consideração à

⁶ Relato docente que compõe dissertação de mestrado disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599038>> Acesso em: 26. mai. 2021.



preparação dos docentes e o acesso a equipamentos tecnológicos necessários para o ensino remoto. O ERE, assim como a EAD, também necessita de mobilização de recursos financeiros e de uma formação específica e em larga escala para os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

Os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná – cujas condições de trabalho já estavam inseridas num contexto de precarização e flexibilização – tiveram que aprender a trabalhar no ambiente virtual de aprendizagem sem capacitação prévia para tal função, e a se adaptar ao trabalho remoto utilizando equipamentos tecnológicos particulares, sem o devido suporte financeiro para tal.

O trabalho remoto e o ensino a distância são exemplos de uma sociedade que caminha para a revolução digital. Entretanto, as desvantagens ao longo desse processo precisam ser consideradas, principalmente no que tange ao ensino público gratuito. Por mais que as tecnologias educacionais sejam promissoras, seus resultados positivos só aparecem quando são utilizadas por profissionais devidamente capacitados para essa demanda e com a efetiva participação dos estudantes no ambiente virtual de aprendizagem. Sem a devida qualificação profissional e democratização dos recursos tecnológicos públicos os resultados não serão promissores.

A eficácia do ERE ofertado nesse momento de pandemia, ainda é uma incógnita, assim como tudo o que têm sido feito nesses tempos de coronavírus. O impacto na vida de estudantes e professores já está sendo verificado, sendo necessário mais estudos e investimentos para elaborar uma estratégia de ensino adequada a todos os envolvidos. Contudo, não podemos pensar em uma educação de qualidade se deixarmos de valorizar o professor, garantindo melhores condições para o exercício da sua profissão. Condições estas que, dado a análise aqui empreendida, estão longe de serem alcançadas.

5. REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO. Sem licitação, Ratinho torra mais de R\$ 22,1 milhões para implantar EaD que não funciona. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/sem-licitacao-ratinho-torra-mais-de-r-221-milhoes-para-implantar-ead-que-nao-funciona/>> Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Lei 13.467/17, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acessada em: 21 nov. 2018



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas
em Políticas Educacionais e
Experiências Interdisciplinares na Educação**

**13, 14 e 15
junho de 2022**

BRASIL, Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL, Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> Acesso em: 30 mai. 2020.

GUIMARÃES, L. M. S. O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19. Dissertação. Mestrado Profissional em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2021.

PARANÁ (Estado), Decreto nº 4.258, 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-n%C2%BA-4258-i-DOE-incluindo-a-rede-privada.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

PARANÁ (Estado), Resolução nº 15/2018 – gs/seed. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/qas/uploads/2688/resolucao_distribuicao_15_2018gsseed.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020.

PARANÁ (Estado), Resolução Seed nº 1.016 – 03/04/2020. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao_n1016_2020_gs_seed_pr_regime_especial_aulas_nao_presenciais_covid19.pdf> Acesso em: 01 mai. 2020.

RPC. Governador do Paraná diz que aulas presenciais da rede estadual podem voltar em novembro. G1. Curitiba. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/10/26/governador-do-parana-diz-que-aulas-presenciais-da-rede-estadual-podem-voltar-em-novembro.ghtml>> Acesso em: 29 nov. 2020.

TIC DOMICÍLIOS 2018. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.